

A percepção dos jovens brasileiros sobre política e democracia: um estudo comparado entre os anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey¹

Simone Piletti Viscarra
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Bruna da Silva Barbosa
Universidade de São Paulo

1 Introdução

Desde o golpe de 2016 a instabilidade e a polarização política têm se ampliado no Brasil (Avritzer, 2018). A situação é reflexo do histórico autoritário do país, da alta desconfiança dos brasileiros com o sistema político (Moisés, 2008) e da maneira como as tentativas democráticas foram estabelecidas no passado. Segundo Moisés (2010), apesar da maioria dos brasileiros dizerem que apoiam a democracia, esse não pode ser considerado um valor completamente positivo para nossa realidade, pois predomina entre os eleitores a desconfiança em relação à política e aos “políticos”, o voto de cunho personalista dentro de um sistema partidário, o fato da maioria dos brasileiros participarem do pleito apenas por obrigatoriedade e o intenso desinteresse pelo assunto.

Em dias atuais, complementando a visão de Moisés (2010), Silva (2021) destaca que a ascensão de Bolsonaro e da vertente “Bolsonarista” entre os eleitores é resultado da manutenção de valores autoritários por parte da população. Nessas circunstâncias, o Brasil é colocado como uma democracia de qualidade abalada e que, por isto, necessita ser compreendido por meio da ótica de quem está na base, neste caso, dos eleitores.

Partindo dessa argumentação, o referencial teórico do artigo está vinculado à teoria da Cultura Política, de Almond e Verba (1963) e de Almond e Powell (1972), na qual se entende que os valores, os sentimentos, as crenças e os comportamentos individuais, que, quando compartilhados numa mesma sociedade, orientam as decisões políticas coletivas do grupo. E é o conhecimento e o reconhecimento desses padrões que permite à Ciência Política compreender e tentar criar mecanismos que visem melhorar a qualidade política de um sistema democrático.

Desde 1980, trabalhos acadêmicos que considerem a Cultura Política como referencial teórico base têm ganhado espaço, inclusive no Brasil (Kuschnir; Carneiro, 1999). Todavia, uma busca na plataforma *Scielo* ou no Portal de Tese e Dissertações da Capes² indica que estudos na área, cujo objeto de investigação sejam os jovens eleitores, ainda carece de espaço. Esse cenário de pesquisa se

¹ Resultado de pesquisa realizada com o apoio do grupo de pesquisa Polítik (Centro de Estudos em Instituições, Participação e Cultura Política - UNIVASF).

² Na pesquisa no Portal Periódico Capes foram localizadas 261 dissertações e 16.950 artigos com o tema "Instituições Políticas", enquanto na pesquisa pela expressão "Cultura Política e jovens" encontramos apenas seis dissertações e 782 artigos.

torna ainda mais relevante em dias atuais, quando vivemos um momento em que a polarização, a violência e os valores autoritários na política se ampliam no país. Exemplos disso podem ser observados nos protestos de 2013, durante o golpe que leva ao impeachment da Presidenta Dilma em 2016, e nas eleições de 2018 e de 2022. Ademais, é importante destacar que parte do eleitorado de “perfil autoritário” se tornou mais ativo nas últimas eleições presidenciais (2022), sobretudo nas redes sociais³, que é um espaço de comunicação na qual a juventude está cada dia mais inserida, e que tem efeito socializador e direcionador sobre estes (Morais; Baquero, 2018; Vasconcelos; Gonzáles; Marques, 2020).

Outro ponto que reforça a importância deste estudo é que, nas eleições de 2022, a quantidade de jovens com idade entre 16 e 18 anos dispostos a votar aumentou 51,13% em relação ao ano de 2018 (BRASIL TEM..., 2022), o que representa quase 14% do eleitorado do país. Portanto, a necessidade de compreender o comportamento e os valores políticos desse grupo está também em sua relevância para o futuro da democracia brasileira.

De acordo com Almond e Verba (1963), os valores subjetivos dos sujeitos formados na infância e juventude da pessoa costumam ser bastante sólidos. É essa “resistência” nos valores cognitivos, afetivos e avaliativos que torna relevante compreender como estes jovens se relacionam e interagem com a esfera política. Lembrando que, no Brasil, a vida política pode iniciar aos 16 anos ou de forma obrigatória, aos 18.

Para isso, a pergunta de pesquisa deste artigo será desmembrada em duas: “i) em termos políticos, qual o perfil político do jovem eleitor brasileiro?”; e “ii) são os valores cognitivos, afetivos e avaliativos dessa população condizentes com aqueles necessários para implementação de um sistema político brasileiro mais democrático?”. Considerando a teoria da cultura política e os dados de caráter secundário, a busca por essas respostas levou em consideração os conceitos de participação, interesse (via consumo de informação sobre política) e orientações políticas dos jovens brasileiros. Sendo o objetivo central: descrever a percepção dos jovens brasileiros sobre política, entre os anos de 2014 e 2018, observando se houve ou não mudança na posição destes, e, em caso positivo, em que direção.

Em termos metodológicos, este é um estudo empírico, com análise de cunho quantitativo, que emprega o banco de dados das duas últimas ondas do *World Values Survey* (WVS)⁴ aplicadas no Brasil, a 6^a (2014) e a 7^a (2018)⁵. Uma vez que a matriz teórica desta pesquisa segue os pressupostos culturalistas de compreensão da qualidade de um sistema democrático, é possível conceder a realização de um estudo comparado em termos de percepção política (participação, interesse por informação sobre política e tipo de orientações políticas) dos últimos anos no Brasil. A análise dos dados foi realizada por meio de uma frequência simples de base comparada, obtida com auxílio do programa IBM SPSS *Statistics* 20.

Para além desta introdução, o trabalho foi dividido em mais quatro partes. A próxima seção trata de uma revisão bibliográfica acerca da teoria da Cultura Política, abarcando os seguintes

³ Ver mais na seguinte reportagem de Scofield e Santino (2022).

⁴ O *World Values Survey* (WVS) é um programa de pesquisa global que visa compreender o funcionamento dos valores sociais, políticos, econômicos, religiosos e culturais dos indivíduos e tem como dirigente central o cientista político Ronald Inglehart. Mais em: WVS.

⁵ Detalhes sobre a operacionalização dos conceitos estão disponíveis em: Barbosa (2023).

conceitos: participação política, interesse e orientações políticas dos jovens brasileiros. A seção seguinte traz uma análise e descrição do panorama da democracia brasileira nas últimas décadas. A quarta apresenta os resultados da análise dos dados do *World Values Survey* (6ª e 7ª ondas) e as discussões geradas a partir da análise, à luz dos conceitos teóricos empregados ao longo do artigo. Por fim, a quinta e última parte expõe as considerações finais acerca da temática e dos resultados levantados, bem como uma agenda para próximas pesquisas.

2 Cultura e democracia: uma proposta teórica

Os estudos no campo da Cultura Política inseridos na Ciência Política são de base multidisciplinar, nascendo via contribuição, sobretudo, de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Economia (Kuschnir; Carneiro, 1999; Peres, 2008). Metodologicamente essa vertente teórica se estrutura em detrimento das mudanças ocorridas entre as décadas de 1940 e 1960, quando as pesquisas estilo *survey* usadas nas Ciências Sociais e na Economia passaram a abordar questões psicológicas no seu escopo (Peres, 2008, p. 57). A mudança fez com que, por exemplo, pesquisas sobre qualidade de vida fossem além de aspectos quantitativos materiais, questionando os entrevistados sobre seus sentimentos e avaliações acerca desses bens e valores. Uma vez que, a base argumentativa da teoria culturalista está fundamentada no papel explicativo que os aspectos subjetivos têm nos comportamentos sociais dos indivíduos, e inclusive nos políticos.

Na Ciência Política, o uso dessa proposta metodológica e teórica era o de auxiliar a visão normativa (ou institucional) como vertente explicativa dos processos políticos, que necessitava de complementaridade, já que sozinha não fornecia explicações suficientes para vários fenômenos que estavam ocorrendo, como, por exemplo, o aumento do autoritarismo dentro de sistemas democráticos. Segundo Peres (2008), essa mudança é caracterizada fundamentalmente por dois pontos: i) crítica à excessiva normatividade da abordagem institucionalista, que se mostrava ineficaz durante o período pós-guerras mundiais, tornando necessário a consolidação de uma teoria empiricamente orientada e mais rigorosa em termos conceituais; e ii) crítica da proposta pluralista, que almejava o emprego de uma abordagem metodológica mais ampla (Peres, 2008, p. 68).

A principal obra que popularizou os argumentos do “comportamentalismo” na Ciência Política foi *The Civic Culture* (1963), escrita por Gabriel A. Almond e Sidney Verba. O livro trata dos processos sociais que sustentam a democracia por meio do estudo de cinco casos (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México), a partir da compreensão de “cultura política” como o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos” por parte da sociedade, que dão ordem, significado e legitimidade a um processo político. Ou seja, ela envolve os aspectos subjetivos dos indivíduos, considerando o papel que os valores, comportamentos e sentimentos que esses desempenham dentro das estruturas que formam e legitimam um sistema político. Outro ponto é que o processo de compreensão de mundo da pessoa se inicia na sua infância, e por serem moldados nessa fase, impactam de maneira mais sólida ao longo de toda vida do indivíduo. Assim, Almond e Verba (1963) destacam a questão de valores geracionais, pois a percepção construída na primeira infância costuma ter um impacto mais duradouro e, por isso, a importância de entendê-las cedo.

A partir desses argumentos, entende-se que a estrutura política de uma sociedade é formada

tanto pelas suas instituições e normas, quanto por seus indivíduos, tendo em vista que o funcionamento e desenvolvimento das estruturas políticas são influenciadas pelos padrões comportamentais e pelas opiniões dos indivíduos inseridos naquela realidade. Sendo assim, a cultura política defende a importância de desenvolver comparações referentes à temporalidade, localidade e tipos de orientações que os indivíduos apresentam em relação à política (Almond; Powell, 1972).

Para realizar essas comparações, Almond e Verba (1963; 2001) propõem uma classificação com base nas orientações dos indivíduos em relação aos objetos políticos, divididas em três tipos: cognitivas, afetivas e avaliativas. As orientações cognitivas são baseadas em crenças e credos pessoais; as afetivas, baseadas em sentimento de envolvimento, seja positivo, seja negativo em relação as questões políticas; e as avaliativas se baseiam nos julgamentos e opiniões pessoais acerca de objetos e atores políticos. A finalidade é observar se aquilo que os indivíduos nutrem acerca do sistema político em que estão inseridos condiz com o tipo de governo implementado. Nesse sentido, as orientações políticas podem ser direcionadas para, no mínimo, três conjuntos de objetos políticos: i) “funções ou estruturas específicas, como órgãos legislativos, executivos ou burocráticos; ii) titulares desses cargos, como monarcas, legisladores e funcionários e iii) princípios de governo, decisões ou imposição de decisões públicas e específicas” (Almond; Verba, 2001, p. 181).

Ademais, ainda para Almond e Verba (2001), essa orientação das pessoas frente aos objetos políticos permite a classificação dos tipos de cultura política de uma sociedade, sendo eles: i) paroquial - que seria um estágio inicial da política, em que não há papéis políticos definidos ou especialização para ação política, sendo que, neste tipo, o indivíduo não coloca alguma expectativa no sistema político e possui uma tendência em seguir orientações afetivas ou avaliativas; ii) sujeição - se caracteriza pela relação de passividade do sujeito com o sistema político, na qual suas orientações tendem a ser menos cognitivas, por isso ele apresenta um entendimento geral sobre o sistema e consegue avaliá-lo, mas quando se trata da relação direta com os objetos políticos ou participação ativa no sistema, há uma dispersão; e por último, iii) de participação, ou cívica - em que os indivíduos possuem uma preocupação com o sistema político, independentemente de seus sentimentos serem positivos ou negativos. É essa classificação que permite a identificação dos obstáculos que a democracia enfrenta numa sociedade e quais medidas podem ser consideradas para que o eleitorado se torne mais cívico.

Sobre a preocupação dos valores pessoais para a sustentação de uma democracia, cabe destacar o livro *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, de Samuel P. Huntington (1994). Segundo o autor, o mundo se move por ciclos, variando entre períodos autoritários para democráticos. A primeira onda ocorreu por volta do final do século XVIII e início do XX, quando surgem as primeiras democracias liberais na Europa, marcadas pela expansão do sufrágio, a criação de instituições representativas e a garantia de direitos civis e políticos. A segunda onda ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (entre 1940 e 1960), marcada pela descolonização da África e da Ásia, e queda de regimes autoritários na Europa e na América Latina. Já a terceira, trata do movimento democrático entre 1970 e 1990, e foi marcada pelo fim de regimes autoritários na Europa, América Latina, Ásia e África. E é analisando esses ciclos que a teoria da Cultura Política adquire forma e ênfase, uma vez que as democracias, por mais longevas que sejam, não são isentas de instabilidade, e o ciclos seguem ocorrendo.

Outro argumento a ser considerado é o de Inglehart e Baker (2000) sobre a chamada “Teoria da

Mudança Intergeracional de Valores”. O foco é compreender a influência geracional que a economia implica sobre o interesse político dos indivíduos e em qual medida a satisfação das pessoas com suas vidas impacta no seu comportamento político. Entende-se aqui que o ser humano possui uma “hierarquia” nas suas preocupações, que começa pelos aspectos de sobrevivência, passa por valores materiais de conforto e bem-estar, e finda na política e nos problemas sociais. Ou seja, a teoria de Inglehart (2012) parte do pressuposto de que só quando os indivíduos vão suprindo suas necessidades básicas (valores aquisitivos), eles passam a se preocupar com assuntos de ordem sociopolítica (valores pós-burgueses).

Essa teoria é relevante ao se estudar os valores da juventude brasileira, pois entende que essa fase marca a passagem da infância para a vida adulta, em que há uma expectativa que esses jovens se incluam como cidadãos na vida política e no mercado de trabalho, trazendo consigo valores que irão perdurar por anos. Outro ponto é que os jovens de hoje se encontram numa situação econômica nacional mais equilibrada, por conta de ações como o desenvolvimento do Plano Real nos anos de 1990 e de diversas políticas sociais implementadas sobretudo em governos de esquerda, como é o exemplo do Bolsa Família, que foi uma das políticas de maior impacto positivo no contexto socioeconômico do país (Zimmermann, 2006).

Todavia, embora hoje o país detenha uma dimensão econômica mais estável do que aquela vivenciada nas décadas anteriores, ainda possui um cenário de instabilidade material, principalmente para jovens advindos de famílias pobres, que enfrentam altos índices de desemprego (TAXA..., 2022), e que precisam resistir a um preconceito estrutural, sobretudo dentro a comunidade negra. Ou seja, além do contexto socioeconômico dos indivíduos para a participação política, os aspectos culturais da sociedade em que eles estão inseridos também influenciam na formação dos valores que defenderão como cidadãos. Além disso, cabe salientar que quanto mais desenvolvida e modernizada a nação se encontra, mais chances se têm de construir uma democracia estável e com uma sociedade voltada para valores pós-materiais (Inglehart, 1993, p. 63). Por isso, para analisar os aspectos referentes à participação política dos jovens na democracia brasileira ao longo dos anos, deve-se considerar a intensa crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos dez anos, e que abalou, conseqüentemente, os índices de desenvolvimento humano no país (Baquero; Baquero; Morais, 2016; Schreiber, 2019).

3 Democracia brasileira em dias atuais

Não há dúvidas que a democracia brasileira está em dificuldades (Avritzer, 2018). Esta crise se refere, em especial, ao tipo de apoio e de valores sustentados pelas pessoas que fazem parte deste sistema. Desde 1988, o sistema político brasileiro tem trabalhado para ampliar a importância do voto, dos partidos, de um financiamento de campanha mais equitativo e da implementação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). No entanto, a democracia como sistema também depende dos valores nutridos pelas pessoas acerca do mesmo, como valorização e confiança no sistema e em suas partes. E é essa dimensão que está em crise mais intensa, como pode ser observado pelo autor já citado e pelos relatórios do *Democracy Index* (da revista *The Economist*) (Schreiber, 2019). Segundo a instituição - que avalia, desde 2006, cinco categorias políticas (processo eleitoral e pluralismo,

funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis) –, o Brasil está sempre classificado como uma “democracia imperfeita”, sendo que nota e posição geral têm caído ao longo dos anos. Este panorama sustenta o argumento da “crise na democracia brasileira” retratada por Avritzer (2018), sobretudo no que tange à participação e à cultura política do país.

E essa situação se torna ainda mais relevante no país quando considerado seu passado autoritário, sua política elitista, sua histórica exclusão política da maioria da população e incompletude de direitos humanos, políticos e sociais (Carvalho, 2001). Ou seja, o Brasil possui um passado político favorável à desdemocratização, devido à manutenção de características político-culturais que dificultam a implementação de valores políticos igualitários e responsivos (Carvalho, 2001). Nessa direção, Baquero (2001; 2003; 2008; 2015) e Moisés (2008; 2010) destacam que também há um desencanto da sociedade brasileira com suas instituições e seus membros políticos, o que impacta negativamente na qualidade democrática do país.

Outro ponto que merece destaque é a ditadura militar de 1964–1985, que deixou consequências econômicas, políticas e culturais extremamente negativas ao nosso sistema político, em termos institucionais, sociais e de cultura política (Kinzo, 2001). Afinal, hoje os militares ainda possuem um amplo espaço político dentro do governo e no imaginário da população. Além de terem reforçado, durante a ditadura, uma ideia de desenvolvimento e progresso implementada sob o alicerce da corrupção e do endividamento.

E cabe destacar, ainda, que a democracia brasileira também é frágil em detrimento da sua formação partidária, sem partidos historicamente sólidos e/ou criados a partir de demandas sociais e com forte viés elitista⁶. Sobre isso Moisés (2008) e Baquero (2015) adicionam a preocupação com a frágil relação entre eleitores e partidos, marcada por escolhas eleitorais personalistas e de visões autoritárias existente no país.

Em dias atuais, observa-se a problematização da democracia brasileira nos protestos de junho de 2013 (Avritzer, 2019; Miguel, 2019), que serviram de cenário para movimentos de direita e, assim, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência (2018–2022) (Silva, 2021; BOLSONARO..., 2018; HÁ 5..., 2021). Situação agravada diante do nosso panorama econômico durante a pandemia de Covid-19 (BRASIL..., 2022). Como consequência, hoje o Brasil tem um cenário complexo quando o propósito é descrever sua qualidade democrática, o qual, segundo Democracy Index, é de categoria híbrida, o que significa que existe um aparato institucional democrático, mas que é acompanhado por diversos obstáculos, como os da cultura política existente no país. O que exige entender a qualidade democrática por meio de uma análise empírica aprofundada. Afinal, hoje observa-se o crescimento de um eleitorado que defende posições autoritárias e que apresenta discursos totalitários, racistas e apertados, o que agrava a qualidade democrática do país (Miguel, 2019).

Claro que esse debate envolve múltiplas variáveis, sobretudo quando se considera a definição da “democracia” como “governo do povo”, pois é ele quem escolhe quem irá governar. E, por isso, os valores subjetivos a respeito do sistema e suas partes são cruciais para realizar um diagnóstico da situação democrática de uma localidade, em especial dentre os jovens que hoje representam uma

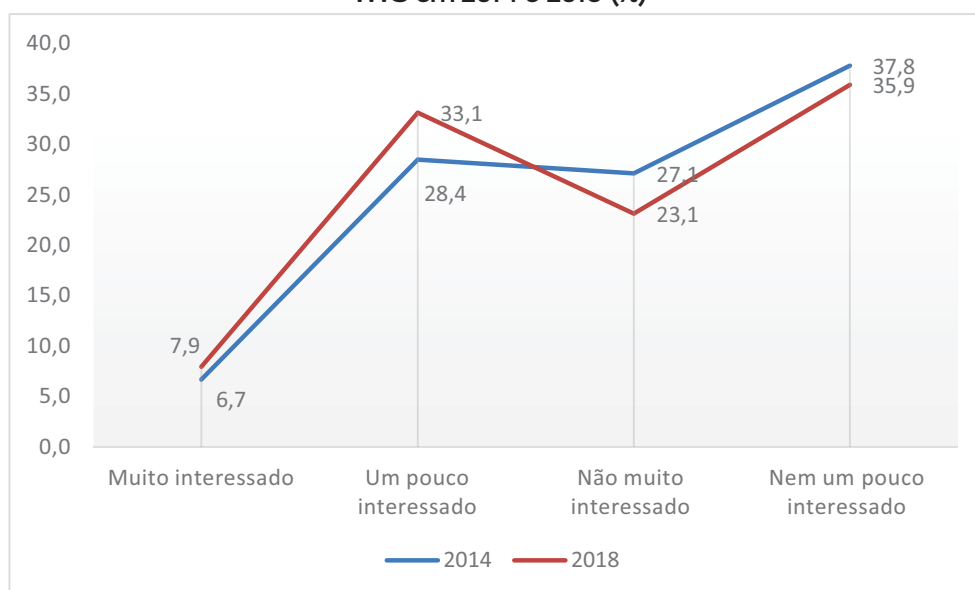
⁶ Mais informação em: Santana (2012).

parcela significativa do eleitorado, em especial entre a faixa de 16 a 18 anos, quando o voto ainda não é obrigatório.

4 Os jovens brasileiros e a política: o que dizem os dados

Com base no referencial teórico e no quadro de indicadores⁷, esta seção expõe os dados comparados das duas ondas do WWS (2014 e 2018), iniciando pela descrição do interesse político dos entrevistados, com o objetivo de descrever e classificar o interesse dos jovens brasileiros por política e seus atores.

Gráfico 1 - Interesse político dos jovens brasileiros entrevistados pelo WWS em 2014 e 2018 (%)



Fonte: WWS (2014; 2018)
n (2014) = 225; n (2018) = 290

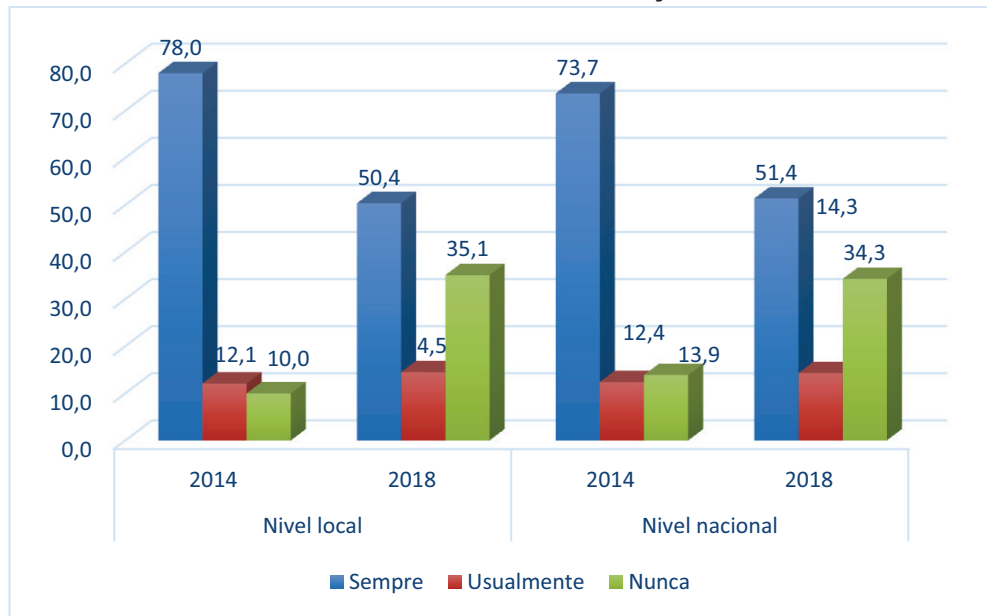
De ordem avaliativa, observa-se no Gráfico 1 que o percentual de jovens que se autoavaliaram como “muito interessado” e “um pouco interessado” pela política subiu entre os anos de 2014 e 2018. Embora seja um crescimento pouco significativo (1,2 e 4,7 pontos percentuais, respectivamente), a informação nos permite pensar que, no ano de 2018, os jovens brasileiros estavam mais interessados pela política. Uma explicação para isso pode ser a própria fragmentação política que se aprofundou ao longo dos últimos anos.

Uma vez que o interesse por política deriva da subjetividade do indivíduo em relação a essa esfera, por isso está atrelado ao sentimento dele em relação ao tema (Almond; Verba, 1963; Almond; Powell, 1972), e que a conjuntura política brasileira nesse período passou por uma série de situações complexas, como o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, entende-se que este contexto atuou para que os cidadãos prestassem mais atenção ao que estava acontecendo. O que não significa dizer que esse maior interesse por política seja positivo ou negativo, mas apenas que ele existe.

⁷ Quadro de indicadores disponível em: Barbosa (2023).

Para refinar essa discussão a próxima questão, de ordem atitudinal, descrita no Gráfico 2, verifica se tais jovens tendem a comparecer às eleições.

Gráfico 2 - Voto nas últimas eleições (%)⁸



Fonte: WVS (2014; 2018)

Nível local: n (2014) = 220; n (2018) = 289

Nível nacional: n (2014) = 218; n (2018) = 285

Aqui observa-se uma leve queda no percentual de jovens que declararam votar sempre, tanto em nível local, quanto nacional. A margem de queda chega a 27,6 nas eleições locais, e 22,3 nas nacionais. Enquanto isso, a porcentagem dos que disseram não votar nunca cresceu 25,1 pontos percentuais em nível local e 20,4, em nível nacional. Ou seja, entende-se que entre os anos de 2014 e 2018, mesmo com a ampliação do interesse da juventude brasileira por política observada no Gráfico 1, diminuiu o interesse destes em concretizar este interesse por meio do voto. O cenário é contraditório, uma vez que o Gráfico 1 indica que os jovens se autoavaliaram mais interessados por política, enquanto isso, em relação à expressão deste interesse por meio do voto, apresentado no segundo gráfico, o contrário acontece. Aqui, cabe destacar que a teoria da cultura política não emprega o interesse por política com uma dimensão estritamente positiva, pois o fato de haver interesse por política não determina a forma como o indivíduo vai atuar ou interagir com a política, como os dados aqui demonstram. Para aprofundar o debate, a Tabela 1 analisa a forma como os jovens entrevistados consomem informações políticas.

⁸ Entende-se como nível local as eleições que dizem respeito à escolha do corpo político do município. Os demais cargos, configuram o nível nacional.

Tabela 1 - Frequência de uso de fontes de informações pelos jovens brasileiros em 2014 e 2018 (%)

	Jornal diário		Jornais de TV		Jornais de rádio		Celular		E-mail		Internet		Revistas		Conversa com amigos	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Diariamente	23,2	15,1	71,5	48,5	26,2	15,2	77	71	50,7	31,2	72,8	74,4	5,3	74	86,9	58,3
Semanalmente	13,7	13,5	12,3	17,8	8,9	8,9	6,2	6,2	13,6	14,4	10,1	5,4	17,9	4,3	7,8	17,5
Mensalmente	9,3	5	6,8	6,8	5,7	3,6	4,7	2,7	5,7	5,8	1,9	2,4	17,9	2,8	2,1	4,9
Raramente	22,4	12,7	5,5	8,9	18,9	13,7	2,4	2,9	8,9	8,4	7,1	3,1	36,3	3,7	1,7	5,1
Nunca	31,3	53,7	4	18	40,3	58,5	9,6	17,3	21	40,2	8,1	14,8	22,5	15,2	1,5	14,2

Fonte: WVS (2014; 2018)
n(2014) = 226; n(2018) = 317

Na Tabela 1 pode-se observar que as três fontes de informações utilizadas com mais frequência em 2014 foram, respectivamente: Conversas com amigos, 86,9%; Celular, 77%; e Internet, 72,8%. No entanto, surpreende também o percentual de jovens que usavam diariamente os jornais de TV para se informar, sendo a diferença dessa fonte com a internet de apenas 1,3 pontos percentuais. Estes dados indicam que os meios de comunicação *on-line* estavam ganhando espaço entre as fontes de informação utilizadas pelos jovens brasileiros, mas, o principal meio de informação deste grupo se dava pela conversa com amigos. Já no ano de 2018⁹, as fontes de informações que os jovens mais utilizaram diariamente foram, respectivamente: Internet, com 74,4%; Redes Sociais, 74%; e Celular, 71%. Enquanto isso as fontes mais votadas como ‘nunca utilizadas’ foram, na devida ordem decrescente: Jornais de rádio, apresentando 58,5%; Jornal diário, com 53,7%; e E-mail, 40,2%.

Ademais, ao comparar os dados presentes na Tabela 1, destaca-se a queda no percentual de “conversa com amigos” como fonte de informação utilizada diariamente, sendo o decréscimo de 28,6 pontos percentuais entre os anos de 2014 e 2018. Ou seja, entende-se que os jovens diminuíram a frequência em que buscavam se informar por meio de “conversas com amigos” ao longo destes quatro anos, enquanto as fontes de informações *on-line* passaram a ocupar mais espaço entre este grupo.

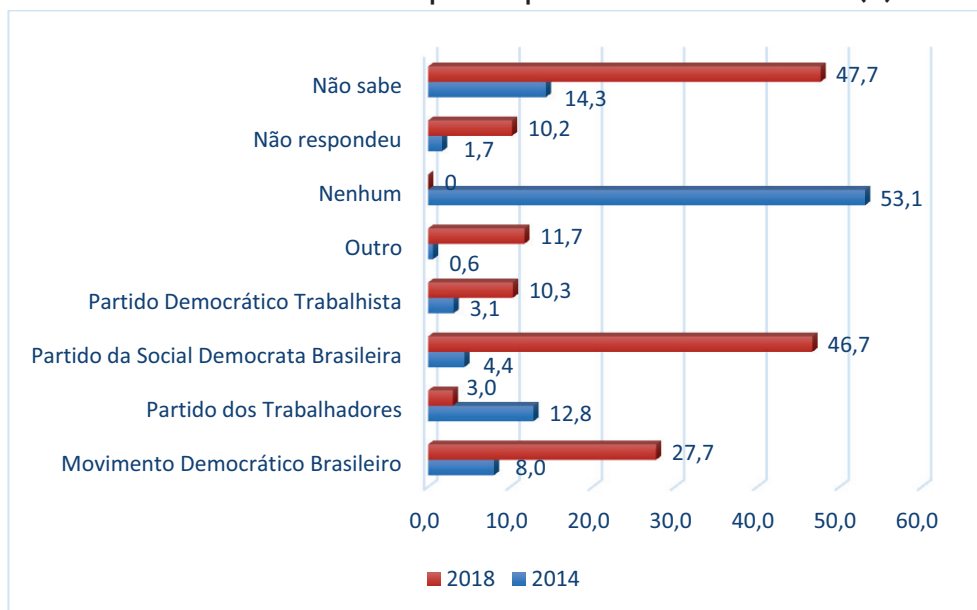
Nessa perspectiva, entende-se que a internet e as redes sociais estiveram naquele período se consolidando como espaços de consumo e expressão de informações, e considerando o debate teórico que as vem compreendendo como agentes socializadores na atualidade (Baquero; Baquero; Morais, 2016) os dados apresentados na Tabela 1 se justificam. No entanto, a literatura vem confirmando também que, pelo fato de serem ferramentas que não contam com um forte rigor ou “filtros” específicos para controlar a veracidade das informações, elas não são fontes extremamente confiáveis para construção dos valores políticos do cidadão, sobretudo quando se trata de jovens que estão em uma fase de construção e reconstrução das orientações sociais e políticas, a menos que estes se munam de recursos para verificar os dados e as informações obtidas.

Ainda acerca do interesse político dos jovens brasileiros, de ordem cognitiva e afetiva, o

⁹ A única diferença entre os indicadores de 2014 e 2018 é que na onda mais recente houve uma troca da opção no questionário: ‘revistas’, para ‘redes sociais’. Mudança justificável, tendo em vista que durante o período as redes sociais ganharam cada vez mais força, refletindo, sobretudo, o aumento do tempo de uso das redes sociais pelas pessoas em todo mundo (Duarte, 2019). Além disso, este tipo de fonte já apresentava um percentual bem baixo (5,3%) em relação às outras fontes, sendo mais baixo que ‘jornais de rádio’ (26,2%), inclusive.

próximo gráfico analisa a proximidade dos mesmos com algum partido político na hora de votar. No Gráfico 3, estão dispostos quatro partidos retirados das opções dadas na pesquisa, com base na ordem em que estavam elencados no questionário. São os partidos e seus respectivos espectros ideológico-político: Movimento Democrático Brasileiro, centro; Partido dos Trabalhadores, centro-esquerda; Partido da Social Democracia Brasileira, centro; e Partido Democrático Trabalhista, centro. O aspecto mais importante a se observar é a mudança no percentual dos jovens que sabem em que partido votar e os que não sabem, ao longo dos anos.

Gráfico 3 - Escolha sobre partido para votar em 2014 e 2018 (%)



Fonte: WVS (2014; 2018)
n(2014)= 226; n(2018)= 317

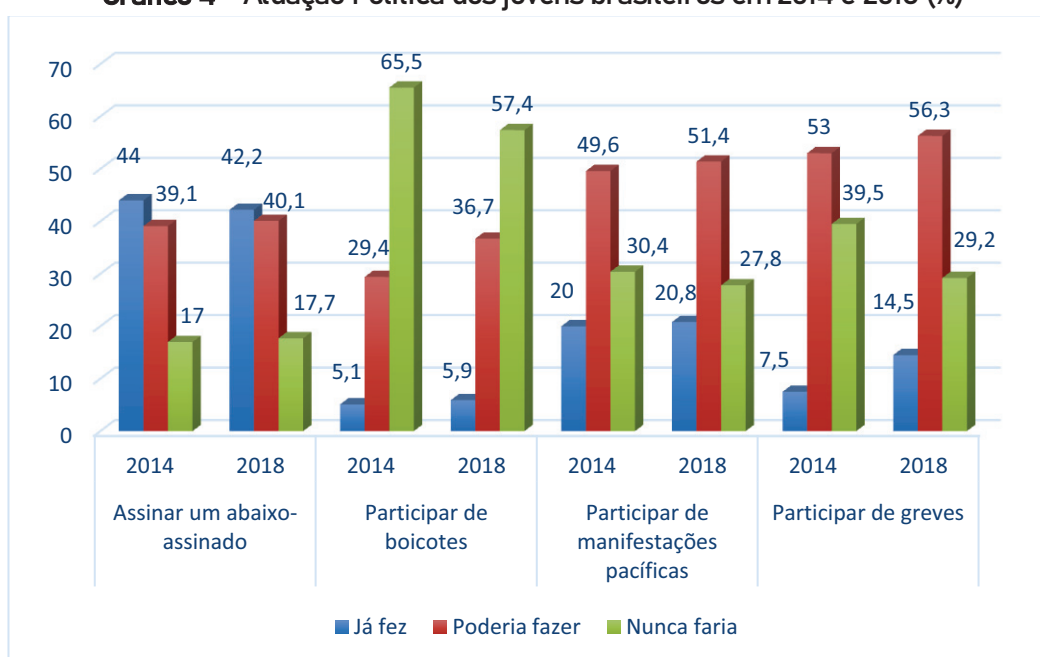
Antes de tudo, cabe destacar que o foco não é perceber em que partido esses jovens votavam, mas sim se eles votavam com base em algum partido. Por isso, foi respeitada a forma como a pergunta foi aplicada, mas os dados são analisados com vistas a compreender se é possível identificar alguma aproximação dos respondentes com o sistema partidário brasileiro. Assim, as informações dispostas no Gráfico 3 indicam que, entre 2014 e 2018, o percentual dos jovens que não sabiam em que partido votar cresceu 33,4 pontos percentuais. No entanto, deve-se levar em consideração que, em 2014, houve uma expressiva frequência de respondentes que indicaram a opção “nenhum”, referente a 53,1%. Também é importante mencionar que, em 2018, a opção “nenhum” não fora disposta no questionário, assim, acredita-se que alguma parte deste percentual foi transferido em 2018 para o “não sabe” ou “não respondeu”, sendo que este último também apresentou um aumento de 8,5 pontos percentuais na passagem entre esses anos.

Além disso, houve uma queda significativa no percentual válido de jovens que indicaram que votariam no Partido dos Trabalhadores (PT), que em 2014 representava maioria entre as opções de partidos dispostos no questionário, e que era o partido que estava governando o país desde 2003. Ainda nesta direção, o Gráfico 3 indica um crescimento entre os anos na preferência à partidos como o Social

Democrata Brasileiro (PSDB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹⁰. Em termos teóricos cabe lembrar que este assunto faz parte daquilo que chamamos de qualidade da democracia. Uma democracia para ser considerada de qualidade e legítima não precisa apenas de cidadãos interessados, mas de um interesse que dê respaldo ao sistema político democrático. E, como se observa, existe um vácuo entre o posicionamento autoidentificado do indivíduo como interessado e as informações que permitem observar se existe um real interesse por parte deste e se esse interesse efetivamente se materializa.

Na continuidade, os dados do próximo gráfico tratam da participação política dos entrevistados em diferentes formas de atuação política e de ativismo social. A proposta é verificar se o respondente já fez ou considera fazer ou não fazer tais ações. Ou seja, refere-se ao aspecto cognitivo.

Gráfico 4 - Atuação Política dos jovens brasileiros em 2014 e 2018 (%)



Fonte: WWS (2014;2018)

Assinar um abaixo-assinado: n(2014) = 223; n(2018) = 298

Participar de boicotes: n(2014) = 205; n(2018) = 264

Participar de manifestações pacíficas: n(2014) = 223; n(2018) = 291

Participar de greves: n(2014) = 225; n(2018) = 299

No Gráfico 4 nota-se uma baixa adesão às ações políticas avaliadas entre 2014 e 2018. A alteração mais visível foi em “participar de greves”, no qual percebemos um aumento de 7 pontos percentuais entre os jovens que já participaram, e uma queda de 10,2 entre os que afirmaram que nunca participariam. Além disso, também houve queda no percentual dos respondentes que indicaram que nunca iriam participar de boicotes, o decréscimo foi de 8,1 pontos percentuais. Isso indica que, apesar de não ser uma margem tão ampla, nesse período houve uma mudança positiva em relação ao

¹⁰ Apesar de não estar retratado no gráfico, vale ressaltar também que entre 2014 e 2018 houve uma queda de 41,9% referente aos jovens que realmente escolheram algum partido no questionário. Enquanto em 2014 84% indicaram algum partido dentre as opções, em 2018 apenas 42,1% o fizeram, enquanto a maioria não respondeu ou indicou não saber.

fato de os jovens já terem realizado alguns tipos de ações políticas ou de ativismo social. Em termos teóricos, a importância desses dados recai na possibilidade de observar se efetivamente os jovens cidadãos concretizam atitudes e/ou ações política. Isso porque participar ativamente de processos políticos não obrigatórios é o que mais exige energia por parte do votante e permite observar se há efetivo interesse pela política.

Em continuidade à proposta do artigo, a Tabela 2 diz respeito à avaliação dos jovens brasileiros acerca do modo de governar um país.

Tabela 2 - Tipos de sistemas políticos e seus modos de governar um país (%)

	Ótimo		Bom		Ruim		Péssimo	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
A. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	12,2	20,5	53,8	45,9	22,9	23,8	11,1	9,8
B. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	19,4	23,1	60,4	55,6	15,8	17,1	4,4	4,1
C. Ter um governo militar.	4,9	11,8	29,7	33,7	39,5	30,0	25,9	24,5
D. Ter um sistema político democrático.	23,7	34,2	59,5	53,4	13,1	9,1	3,7	3,3
E. Ter um sistema governado por leis religiosas em que não há partidos ou eleições. ¹¹	-	5,4	-	24,5	-	44,5	-	25,6

Fonte: WVS (2014; 2018)

Ter um líder forte: n(2014) = 221 ; n(2018) = 270

Ter técnicos especializados, ao invés de políticos: n(2014) = 219 ; n(2018) = 278

Ter um governo militar: : n(2014) = 215 ; n(2018) = 266

Ter um sistema político democrático: n(2014) = 215 ; n(2018) = 271

Ter um sistema governado por leis religiosas: n(2018) = 256

12

Como resultado da análise dos dados dispostos na Tabela 2, tem-se de relevante que: entre os anos de 2014 e 2018, o percentual de jovens que indicavam ser ótimo “ter um líder forte” de forma que não precisasse se preocupar com deputados e senadores e tampouco com eleições, sendo a margem de diferença de 8,3 pontos. Em relação a ter um governo militar, destaca-se o fato de que houve um aumento de 6,9 pontos percentuais entre os jovens que consideravam ótimo “ter um governo militar”, enquanto em relação aos que consideram ruim ter este tipo de governo houve uma queda de 9,5. Apesar disso, o percentual dos que consideravam ótimo “ter um governo democrático” cresceu 10,5 pontos no período, ao passo que dentre aqueles que consideravam ruim ou péssimo “ter um governo democrático” o percentual se manteve (levando em consideração uma margem de erro de 4 pontos percentuais).

Então, apesar dos dados indicarem um aumento no número de jovens que consideram ótimo “ter um governo militar” e não se preocupar com eleições, houve também um crescimento importante no percentual daqueles que acham ótimo “ter um sistema democrático”, que é justamente uma forma de governo que não é centrada numa figura de autoridade, como o militar, e também tem como base as eleições.

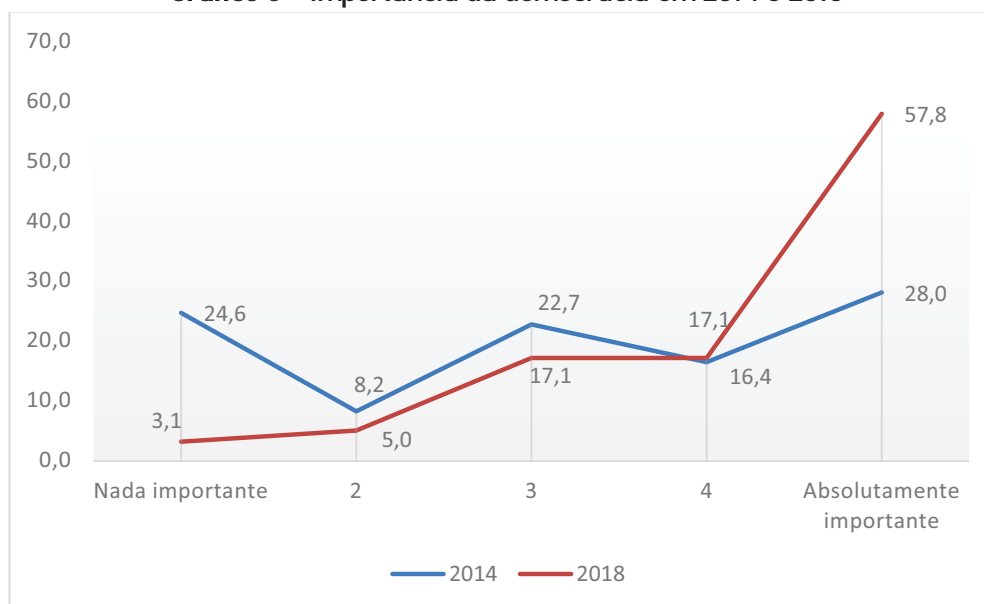
De todas as questões a que mais se destaca pelo crescimento percentual daqueles que a

¹¹ Essa questão não estava incluída no questionário de 2014.

consideravam ótimo, diz respeito a “ter um governo democrático”, enquanto a que menos se destaca trata de “ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país”. Aqui novamente se faz necessário retomar a questão teórica acerca da cultura política relacionada ao processo positivo, ou negativo, de democratização de um sistema político. Os dados retratam a existência de apoio a soluções autoritárias, ou seja, que há um obstáculo quanto a qualidade do sistema, e até mesmo impacto na sua legalidade por parte dos eleitores, pois se a democracia não é vista como melhor opção, o indicio é de baixa confiança em relação a ela.

Seguindo a análise acerca da percepção avaliativa dos jovens sobre a democracia, o próximo gráfico trata do nível de importância da democracia para os jovens brasileiros, entre os anos de 2014 e 2018. Nele, as variáveis vão do número 1 ao 5, sendo que 1 significa “nada importante” e 5, “absolutamente importante”¹².

Gráfico 5 - Importância da democracia em 2014 e 2018



Fonte: WWS (2014;2018)
n(2014) = 213; n(2018) = 298

No Gráfico 5, observa-se que, entre os anos de 2014 e 2018, o número de jovens que consideravam a democracia “nada importante” caiu 21,5 pontos percentuais, queda bastante expressiva. Enquanto o percentual dos que consideravam a democracia “absolutamente importante” cresceu 29,8 pontos. Estas informações indicam que, ao longo dos anos, os jovens brasileiros passaram a avaliar melhor a importância da democracia. No entanto, ao analisar os demais dados percebemos que essa valorização não tem refletido na participação deles no sistema. Situação que reforça a dúvida acerca do caminho que está sendo traçado politicamente nos últimos anos, uma vez que nas urnas o resultado foi de ascensão de um governo autoritário no Brasil¹³.

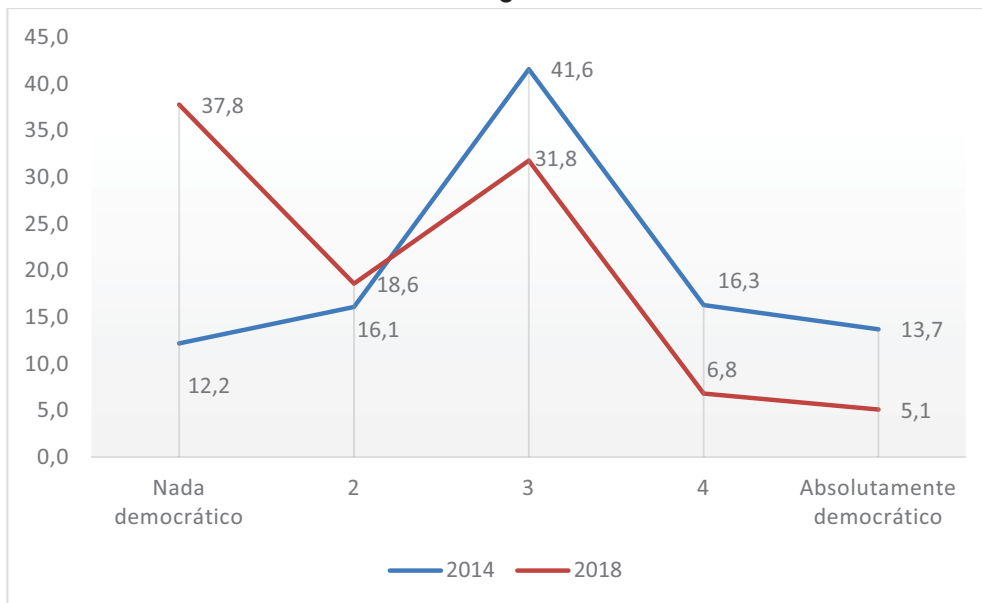
Para verificar as orientações dos jovens frente à democracia, por meio de uma questão que

¹² Legenda: 1 = Nada importante; 2 = Quase nada importante; 3 = Indiferente; 4 = Um pouco importante; 5 = Absolutamente importante.

¹³ Mais informação em: Rennó (2022).

observa aspectos cognitivos desta orientação, o próximo gráfico apresenta a opinião dos respondentes acerca da democracia no Brasil, sendo que 1 representa a variável “nada democrático” e 5, “completamente democrático”. A finalidade é visualizar com os jovens avaliam as políticas governamentais do período.

Gráfico 6 – O Brasil está sendo governado democraticamente?¹⁴



Fonte: WVS (2014; 2018)
n(2014) = 217; n(2018) = 298

Os dados dispostos no Gráfico 6 indicam que, entre os anos de 2014 e 2018, houve um crescimento importante no percentual de jovens que consideravam que o Brasil não estava sendo governado democraticamente, este aumento foi de 25,6 pontos percentuais. Este dado se explica quando levamos em consideração o momento histórico que o país vinha enfrentando durante estes anos, sobretudo por conta do impeachment da presidenta eleita, Dilma Rousseff, no ano de 2016, e início de um governo ilegítimo e golpista (2016–2019), além do conturbado período de eleições presidenciais em 2018. Em outras palavras, durante o governo de Dilma Rousseff os jovens brasileiros acreditavam que o país estava sendo mais governado democraticamente do que em dias mais recentes. O que indica um reconhecimento das medidas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro ainda nos seus primeiros meses de mandato.

Antes de concluir, é importante dizer que, segundo os dados apresentados, existe uma juventude que se identifica como interessada por política. Todavia, quando recai sobre o seu “agir” politicamente ou na defesa de atitudes políticas autoritárias, ainda há intensos obstáculos a serem superados.

¹⁴ Legenda: 1 = Nada democrático; 2 = Quase nada democrático; 3 = Indiferente; 4 = Um pouco democrático; 5 = Completamente democrático.

5 Considerações finais

A análise dos dados aponta que o perfil dos jovens brasileiros em relação à política vem se tornando mais ambivalente ao longo dos anos, pois, quando se trata das suas avaliações, as respostas observadas no questionário entram em contradição com aspectos cognitivos e de avaliação. Ou seja, percebe-se que, ao mesmo tempo que eles se autoavaliam de uma forma, suas ações não condizem completamente com o que dizem. Percebe-se isso com mais evidência na subseção de interesse político, onde é possível verificar que, apesar deles se considerarem mais interessados em 2018, as questões que tratam dos aspectos que materializam este interesse demonstram o contrário. Ademais, ao longo dos anos houve uma mudança no que se refere às formas de consumo de informação política, sobretudo, pela manutenção do uso da internet, ascensão das redes sociais como agente socializador, e a diminuição da frequência de conversas sobre política com amigos para este fim, assim como fonte de informações.

Em relação ao sistema político democrático, observa-se que, apesar dos jovens brasileiros indicarem a importância deste sistema político, as dimensões cognitivas deste grupo em relação às características dos sistemas políticos indicam uma crença positiva acerca de aspectos antidemocráticos. Isso significa que, ao mesmo tempo em que há, entre 2014 e 2018, um crescimento no percentual do quesito avaliativo de apoio à democracia, também há um aumento da adesão de valores não democráticos. Além disso, com os dados fica evidente que a maioria dos jovens brasileiros não consideraram que o governo brasileiro estava sendo governado democraticamente entres esses anos.

Dessa forma, é possível classificar o tipo de cultura política que os jovens brasileiros apresentam entre os anos de 2014 e 2018 frente à democracia brasileira, de acordo com Almond e Verba (1963), como de sujeição. Pois, apesar de eles apresentarem entendimento sobre o sistema, conseguir avaliar e nutrir sentimentos positivos frente à democracia no geral, quando se trata da relação direta com os objetos políticos e participação ativa no sistema político brasileiro, há uma dispersão. E soma-se aqui a importância do nosso passado e as dificuldades que ainda precisamos enfrentar, como destacado na introdução desses estudos.

Conclui-se que o perfil dos jovens brasileiros frente à política apresenta sim contradições, que se traduzem na divergência que se percebe em suas respostas às perguntas de cunho avaliativas, em contraponto as de base afetivas e cognitivas. Outro ponto é que, entre 2014 e 2018, houve um aumento no interesse político dos jovens, no entanto, quando se refere à transformação desse interesse em participação o cenário, é de queda significativa. Sobre o consumo de informação política, a juventude brasileira utilizou com mais frequência conversas com amigos em 2014, em relação a celular e internet. Entretanto, a frequência em que se utilizou de conversas com amigos, como fonte de informação e expressão de assuntos políticos, sofreu um decréscimo importante em 2018.

Dessa forma, com base nos dados do WWS, confirma-se uma crise na democracia brasileira, no que se refere aos aspectos subjetivos e culturais dos jovens do país. Afinal, a população jovem do Brasil não vem nutrindo ao longo dos anos valores necessários para o aprimoramento da democracia, o que acaba enfraquecendo a estrutura política como um todo. Como resultado disso, um ciclo se forma, no qual as pessoas percebem os problemas da democracia, mas, ao mesmo tempo, não agem

de forma condizente com esse tipo de sistema visando seu fortalecimento, ou seja, por meio do interesse e participação.

Dessa forma, a partir deste trabalho surgem outros questionamentos, sobretudo no que se refere ao que leva estes jovens a apresentarem este perfil contraditório em relação à política? Qual o papel dos agentes socializadores neste fenômeno? O que poderia mudar este cenário? O que deve ser feito para fortalecer os valores democráticos da juventude brasileira? Como enfrentar a crise democrática no país? Já temos algumas indicações sobre possíveis respostas para estas questões, no entanto, entendemos que são temas para próximas pesquisas. Principalmente, por conta da mudança no perfil do Governo Federal neste ano de 2023, fato que pode dar base empírica para estudos neste campo, tendo em vista que saímos de um governo assumidamente autoritário e conservador, que desencadeou diversas crises no país, para um governo mais democrático e que assumiu o compromisso de reconstruir e unir o Brasil.

Por fim, o presente artigo indica a necessidade de futuras pesquisas na área de Cultura Política abordando esta crise socioeconômica, cultural e política no Brasil, pensando sobretudo nos impactos destas para a construção dos valores políticos dos jovens. Entende-se que a teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart, os dados de interesse e participação do WWS cruzados com dados demográficos da mesma pesquisa, além das informações do próximo Censo Demográfico que estão sendo divulgadas ao longo do ano de 2023, podem auxiliar neste caminho a percorrer.

Referências

- ALMOND, Gabriel A; POWELL, G. Bringham. Estrutura política e cultura política. In: ALMOND, Gabriel A; POWELL, G. Bringham. *Uma teoria política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 32-51.
- ALMOND, Gabriel A; VERBA, Sidney. *Civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston and Toronto, 1963.
- ALMOND, Gabriel A; VERBA, Sidney. La cultura política. In: *Diez textos básicos de Ciência Política*. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2001, p. 171-201.
- AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.
- AVRITZER, L. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia. 2019.
- BAQUERO, Marcello. Corrupção, cultura política e capital social negativo no Brasil. *Revista Debates*, v. 9, n. 2, p. 139-157, 2015.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 83-108, 2003.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o

Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. *Educ. Soc.*, v. 37, n. 137, p. 989-1008, 2016.

BARBOSA, Bruna da Silva. *A percepção dos jovens brasileiros sobre política e democracia: um estudo comparado sobre cultura e socialização política entre os anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey*. 2023. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA. Disponível em: <<http://www.univasf.edu.br/~tcc/000036/000036ed.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BOLSONARO presidente: a surpreendente trajetória de político do baixo clero ao Palácio do Planalto. *BCC News Brasil*, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL TEM mais de 156 milhões de eleitoras e eleitores aptos a votar em 2022. BRASIL TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). 15 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/brasil-tem-mais-de-156-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2022-601043>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. *G1*, 06 jul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CAPES. *Portal de Periódicos*. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2023

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

DUARTE, Fernando. Brasil é 'vice' em tempo gasto em redes em ranking dominado por 'emergentes'. *BBC News Brasil*. 6 set. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49602237>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

HÁ 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra". *Poder 360*, 17 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994

INGLEHART, Ronald. A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais. *Revista de Sociologia e Política*. v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, v. 1, n. 1, p. 9-67, 1993.

INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 19-51, 2000.

KINZO, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos históricos*, v. 2, n. 24, p. 227-250, 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MORAIS, Jennifer Azambuja; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. *Rev. Cadernos de Campo*, n. 25, p. 33-62, 2018.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

SANTANA, Marco Aurélio. Partidos e trabalhadores na transição democrática: a luta pela hegemonia na esquerda brasileira. *Dados* [online], v. 55, n. 3, 2012, p. 787-826. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300007>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SCHRAIBER, Mariana. Após anos de crise, Brasil recua no ranking de desenvolvimento humano da ONU. *BBC News Brasil*, 09 dez. 2019. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-50705895>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCOFIELD, Laura; SANTINO, Matheus. Grupos bolsonaristas dominam redes com mentiras e críticas a pesquisas eleitorais. *Publica*, 15 set. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/sentinela/2022/09/grupos-bolsonaristas-dominam-redes-com-mentiras-e-criticas-a-pesquisas-eleitorais/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálisis*, v. 24, n. 1, p. 119-126, 2021.

TAXA de desemprego entre os mais jovens está acima de 20% desde 2016. *G1*, 30 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/30/taxa-de-desemprego-entre-os-mais-jovens-esta-acima-de-20percent-desde-2016.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

VASCONCELOS, Camila de; GONZÁLES, Rodrigo Stumpf; MARQUES, Rodolfo Silva. Cultura política e socialização política virtual: influência das redes sociais nas opiniões políticas de jovens estudantes da região do Distrito Federal e de seu entorno. *Braz. J. of Develop.* v. 6, n.4, p. 20282-20297, 2020.

WVS (WORLD VALUES SURVEY). *WVS Database*. Disponível em: <worldvaluessurvey.org>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa

Família do governo Lula no Brasil. *Sur. Revista Internacional De Direitos Humanos*, v. 3, n. 4, p. 144–159, 2006.

Artigo submetido em: 01/09/2023

Aprovado em: 02/10/2023

Simone Piletti Viscarra (simone.viscarra@univasf.edu.br) é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Adjunta de Ciência Política na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Bruna da Silva Barbosa (barbosabruna35@gmail.com) é mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

**A percepção dos jovens brasileiros sobre política e democracia:
um estudo comparado entre os anos de 2014 e 2018 com base no World Values Survey**

19

Resumo. Este trabalho analisa a cultura política dos jovens brasileiros, entre 17 e 24 anos, considerando seus comportamentos, atitudes, valores e ações subjetivas acerca da esfera política e da democracia. Para isso foi realizada uma análise comparada, cuja fonte de dados foram a 6ª e 7ª ondas da *World Values Survey* (WVS), aplicadas no Brasil nos anos de 2014 e 2018. Tem-se como pergunta de pesquisa a seguinte questão: Quais as orientações políticas do jovem eleitor brasileiro em relação ao sistema político democrático? Em termos teóricos, foram empregados textos orientados pela Cultura Política, que colocam os valores subjetivos dos indivíduos como parte do processo de construção e manutenção de uma estrutura política democrática e legítima, ou seja, que permitem mensurar sua qualidade para além de valores normativos e institucionais. Dentre os conceitos em que o trabalho se apoia teoricamente, foram considerados os seguintes: interesse por política, participação política, e percepção acerca da democracia. Em termos analíticos, esta é uma investigação de natureza quantitativa cujo método de pesquisa é a análise secundária, que permite observar se há mudanças no comportamento político dos jovens nos últimos anos, a partir de dados preexistentes. Como principal resultado tem-se que o perfil político dos jovens brasileiros, entre os anos de 2014 e 2018, pode ser considerado de sujeição, visto que suas respostas apresentam ambivalência em questões avaliativas, que divergem com as de cunho cognitivas e afetivas.

Palavras-chave: Cultura Política; Socialização Política; Jovem eleitor; Democracia; Política Comparada.

**Young Brazilians' perception of politics and democracy:
a compared study between the years 2014 and 2018 based on the World Values Survey**

Abstract. This study analyzes the political culture of Brazilian youth, aged 17 to 24, considering their behaviors, attitudes, values, and subjective actions regarding the political sphere and democracy. For

this purpose, a comparative analysis was conducted, using data from the 6th and 7th waves of the World Values Survey (WVS) conducted in Brazil in 2014 and 2018. The research question is: What are the political orientations of young Brazilian voters regarding the democratic political system? Theoretically, the study drew upon texts guided by Political Culture, which view individuals' subjective values as part of the process of constructing and maintaining a democratic and legitimate political structure, allowing the measurement of its quality beyond normative and institutional values. The following theoretical concepts were considered: interest in politics, political participation, and perceptions of democracy. Analytically, this is a quantitative investigation using a secondary analysis research method, which allows for the observation of changes in the political behavior of youth in recent years based on pre-existing data. The main result indicates that the political profile of Brazilian youth between 2014 and 2018 can be considered submissive, as their responses show ambivalence in evaluative questions, differing from those of a cognitive and affective nature.

Keywords: Political Culture; Political Socialization; Young Voter; Democracy; Comparative Politics.